

Questão racial: a pandemia silenciosa da humanidade

*Gaudêncio Amorim

Enquanto milhares de pessoas gritam nas ruas para defender essa causa pelo mundo afora, eu vou gritar escrevendo, mas sem a presunção de ultimar o debate.

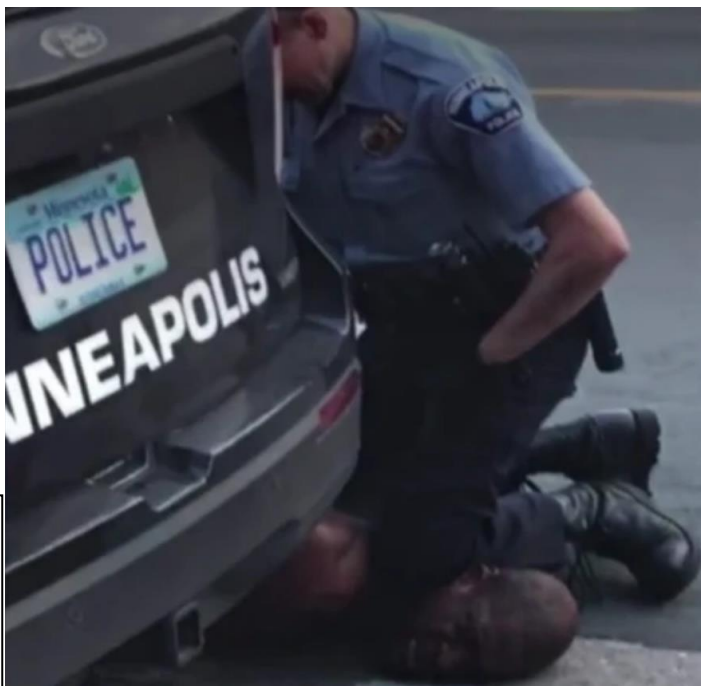


Imagem do Google

Longe de ser um passado sombrio e execrável e uma das abominações do comportamento humano, absolutamente inaceitável, a **questão racial** é um borrão difícil de apagar na nossa história e, principalmente, difícil de ser superado, apesar das leis e protestos pelo mundo a fora para combatê-la, cuja visibilidade é sempre reacesa em fenômenos que reprisam o mesmo filme em espaços

sociais distintos e em circunstâncias políticas e contextos sempre discutíveis.

Este debate foi reaceso no último dia 25 de maio de 2020, com a morte do cidadão negro **George Floyd**, em Minneapolis (USA) provocada pelo policial Derek Chauvin que ajoelhou no seu pescoço, por pelo menos sete minutos, enquanto ele estava algemado e deitado de bruços na estrada, ignorando as exclamações de “**que não conseguia mais respirar**”. Quem assistiu ao vídeo dos fatos (amplamente divulgado pela mídia), certamente teve náuseas, enjôos e extrema repugnância, tornando tamanha a dimensão da comoção coletiva, principalmente nos Estados Unidos, em revoltas de movimentos sociais, depredação e ataque ao patrimônio em várias cidades, viralizando a frase: **Black Lives Matter** (“As Vidas Negras Importam”), numa resistência secular que insiste em ficar, já que a escravidão americana foi abolida, há mais de 160 anos, na proclamação da emancipação, por Abraham Lincoln, em 1863 e confirmada, dois anos depois, quando foi estabelecida a 13ª Emenda à Constituição.



Este fato nos Estados Unidos parece ser distinto de milhares de outros na história, pois George Floyd foi assassinado diante dos “**olhos do mundo**”, cuja comoção pode ser capaz de produzir um discurso imagético que, mais do que incomodar a consciência humana pode despertá-la, não apenas do seu silêncio secular, mas motivá-la a interferir, efetivamente, na luta pela igualdade racial, numa espécie de chamamento global à continuidade da mudança, que setores estratégicos da sociedade se esforçam para calar, trazendo entre os muitos ativistas da causa o **público jovem**, nas mãos dos quais pesará a principal atitude de mudança à superação das memórias brutais e horripilantes como a morte em questão e as consequências dela em movimentos sociais e gestos simbólicos de repulsão, a pretexto que ocorreu em **cima da ponte de Portland, a 3ª maior cidade do Óregon, nos Estados Unidos**. Este fato é diferente daqueles ocorridos sobre a carapaça da institucionalização racial e de crimes contra negros, (no pós racismo) à margem da sociedade, em becos escuros das periferias e de mortes com cenas de crimes adulteradas, pela convenção policial, noticiada pela mídia nos escudos da suspeição da cor.

Em que pese o contraditório, é impensável que um policial, cuja vítima já dominada, sob a couraça da arma e da farda da segurança pública, tenha sido tão negligente no ofício da profissão. Talvez, contasse mesmo, para aquele policial, as características corpóreas da vítima: **a cor negra**. *Entretanto, este fato apenas reverbera o tema da questão racial, como ferida maligna, longe de ser curada, embora, ao abordá-la, precisamos ter o cuidado de compreender sem julgar, sem as prenoções ou convicções apaixonadas que, naturalmente, alicerçam nossas crenças e valores*, afinal só podemos falar de verdade aquilo que, efetivamente, compreendemos e, para isso, precisamos nos encontrar imunes às comoções, ao sentimento vitimista e as proporções

que se agigantam em sucessivas hecatombes de múltiplos interesses, correndo o risco de compreender e perdoar como constatou Erich Hobsbawm, dito em bom francês: “*tout comprendre c’ est tout pardonner*” (**tudo compreender é tudo perdoar**) no seu inigualável “**A Era dos Extremos**” (1995:15). O que um historiador pode analisar no seu presente sobre o seu passado (ou no próprio presente) são as batalhas ganhas e perdidas e, no que alude a questão racial, mais as perdidas, à exceção de casos isolados na história como a ascensão de Barak Obama à Presidência dos Estados Unidos; de Nelson Mandela, na África do Sul (em situações distintas) e até de outras experiências gloriosas, às vezes, ofuscadas pela mídia ideologista ou mesmo na sutil discriminação de muitos canais de comunicação, além de parcelas da sociedade que elegem “meios suspeitos e discutíveis” para o mérito da conquista.

A discriminação da cor, mais do que as variações de uma cultura hipócrita, herdada do eurocentrismo estigmatizador do negro africano, privado de



oportunidades e excluídos da “sociedade moderna”, não nos parece ser uma omissão negligenciada apenas por governos racistas, (conforme as

insinuações do senso comum) mas um problema de cultura e de sociedade. É possível que ela seja de governo, na medida em que ignora as manifestações do comportamento e silencia a oferta de políticas públicas para aplacar a sanha repugnante, mas também de sociedade, quando reproduz sua herança cultural e, por isso mesmo incapaz de se libertar sem a construção (re) do conceito igualitário de “raça humana” no âmbito da diversidade, inclusive, de cor. É provável que, sem este conceito, **estruturalmente construído**, a sociedade continue no estágio embrionário do **pré-conceito** (como ainda hoje prossegue) repercutindo a mesma impossibilidade dos governos que, no alto de seus pedestais, continuam inválidos para conter a “guerra de todos contra todos”, alguns sob a convenção de uma “democracia plena” para justificar a lasciva omissão.

O desafio, portanto, não pode ser apenas da superestrutura para combater o racismo velado na geração de oportunidades para os negros ou na revisão da estratégia educacional para construção da igualdade e equidade dos direitos civis, mas um esforço de nação, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou em qualquer parte do mundo, inclusive nos arranjos colaborativos da iniciativa privada, das instituições e das corporações à ocupação dos espaços, dantes, privilégios de não negros, lançando no lixo o discurso e as atitudes da meritocracia cruel que impede a ascensão e mobilidade social dos negros e, sobretudo e principalmente, **desvencilhando-se do mito secular de que tudo que é preto é ruim e tudo que é branco é bom** como restou estabelecido em parte da formação do pensamento, mormente imposto pela cultura religiosa (da idade média) nas noções de céu e inferno e sob a iconografia de um Cristo, branco dos olhos azuis um diabo cuspidor de fogo pelas ventas e fedendo enxofre, para aqueles que se naufragarem no pecado. Aliás, esta simbologia está impregnada e dualizada nos vários olhares reproduzidos pela análise da realidade e da ficção, com raras exceções, entre elas, é de bom alvitre destacar o olhar de Ariano Suassuna no seu **Auto da Compadecida** (1955) que descreve Deus e Diabo na contramão dessa difusão simbólica. Todavia, sobre a questão racial propriamente dita ou a discriminação social, descrita num enfoque para romper o bloqueio histórico, a ficção está diversa e requintada em filmes para a inspiração de liberdade e igualdade, como **“À espera de um milagre”** (1999); **“Infiltrado na klan”** (do diretor Spike Lee, 2028); **“12 anos de escravidão”** (2013), **“Histórias cruzadas”** (de Tati Taylor, 2011); **“Selma: uma luta pela igualdade”**, (2014) sobre Martin Luther King Jr; **“Django livre”** (2012, dirigido por Quentin Tarantino); **“Mississippi em Chamas”** (1998, dirigido por Alan Parker), **“Corra!”** (2017, dirigido por Jordan Peele), além dos brasileiros **“Cidade de Deus”** (2002) dirigido por Fernando Meireles e Katia Lang, sobre a vida nas favelas do Rio de Janeiro na década de 70 e **“Branco sai, preto fica”**, de Adirley Queiroz (1986) , apenas para começar a lista de boas sugestões, embora de rara aparição na programação televisiva e até nos meios universitários.

O chamado das marchas contra o racismo nos Estados Unidos pode sufocar, entre outros, o lamento do **poeta Carlos Assunção** (decano da literatura afro-brasileira) de que **“o negro é relegado à invisibilidade”** e restabelecer a valorização da diversidade sobre um olhar homogêneo do ser humano (enquanto ser) sem a necessidade de se distinguir pela cor e, integrante de um povo e de uma nação, (re) naturalizado e (re) incluído no tecido social na constatação indistinguível à formação do

conjunto da sociedade e no processo de tolerância para adaptação social ao mundo que, historicamente, lhe tem sido negado e ainda numa inclusão, cuja aceitação natural não seja preciso impor a negação de sua identidade, sua cultura e seus saberes (porque não podemos falar em trocas, mas em direitos); possa, nas relações sociais, suprimir o racismo velado (às vezes, inconsciente) em expressões comuns como **“inveja branca”**, numa alusão ao bem, que não faz mal, ignorando a própria inveja, enquanto pecado capital; **“a coisa tá preta”**, como coisa indigna do branco; **“amanha é dia de branco”**, como se apenas a **“gente branca”** trabalhasse, alheios que o trabalho (tripalium), em tempos mais remotos, inclusive no Brasil, era uma obrigação dos escravos; **“meia-tigela”**, quando se pretende impor valor medíocre a alguém, sem considerar que o termo era destinado aos negros nas minas de ouro, quando não atingiam as metas, tendo como punição apenas **“meia-tigela”** de comida; **“morena da cor do pecado”** que, embora estremeado no fetiche da sedução, ignora o sentido etimológico do vocábulo **“pecado”**, entre outras como **“mercado negro”**, **“magia negra”**, **“lista negra”**, **“ovelha negra”**, etc, etc.

O fato é que o incidente de Minneapolis tem uma **“imagem forte a serviço da causa, protagonizada sob os olhos do mundo”** para valorizar a ancestralidade e a robusta contribuição econômica e cultural das nações, podendo fortalecer as lutas contra a pandemia silenciosa do racismo oferecendo à juventude de nosso tempo, **um ideal de luta** além de metas para as autoridades de nossa época, entre elas, o desafio educacional à ascensão e inclusão dos negros na sociedade. É provável que, se a juventude do século XXI fracassar nessa luta, vamos continuar **“sentindo os joelhos daquele policial sobre nossos pescoços sufocando nossas consciências para não enxergar o óbvio”**: que ser diferente é normal, rico e necessário e que somos todos iguais, quer uns queiram ou não.



***Gaudêncio Filho Rosa de Amorim:** Poeta, escritor e compositor filiado a União Poxorense de Escritores – UPE e ao Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu – MT, autor do livro *Prefeitos de Poxoréu, Biografia* (2016) entre outros.